

ESTUDO PARA UMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM MEIO RURAL: Dar Vez e Voz aos actores e Actrizes do Território¹

Doutor Alberto Baptista

Prof. Doutor Timothy Koehnen

Dr.^a Vilma Silva

Dr.^a Daniela Herculano

Dr.^a Luísa Pinhal

Dr. José Brás

Resumo

Este artigo apresenta parte dos resultados do "*Estudo para uma formação específica em meio rural*" que partiu da avaliação da formação realizada em meio rural, na região centro interior, no período 2003-2005 e tem por objectivo evidenciar a necessidade de envolver os actores e actrizes locais na reflexão sobre a problemática da formação em meio rural e as oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento das suas comunidades.

Foi utilizada uma metodologia participada e interactiva, através do recurso a várias técnicas e instrumentos de recolha de dados, que envolveram cerca de 202 actores locais.

O Estudo reflecte sobre os impactos da formação em meio rural e a necessidade de pensar em programas de formação numa lógica de Animação/Desenvolvimento Comunitário, que possam orientar e apoiar os empreendedores desde a fase do desenvolvimento das suas competências e do seu projecto, até à fase de teste e lançamento sustentado da sua actividade.

Palavras-chave: formação, desenvolvimento comunitário, empreendedorismo, educação não formal, aprendizagem social.

¹ A Redacção deste artigo contou com a colaboração da equipa técnica do Estudo: Alberto Baptista (Coordenador Científico da UTAD), Timothy Koehnen (Investigador UTAD), Vilma Silva (Coordenadora Técnica), Daniela Herculano (Investigadora da Solidários), Luísa Pinhal (Investigadora da Solidários) e José Brás (Consultor). Toda a informação referente a este deve ser enviada para o email: solidarios@solidarios.org.pt

Introdução

O *"Estudo para uma formação específica em meio rural: avaliar impactos e construir modelos ajustados"*, que decorreu entre Fevereiro 2006 e Junho de 2007, resultou de uma parceria entre a Fundação Solidários, como entidade promotora, e uma equipa do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), responsável pela coordenação científica².

Os objectivos do Estudo foram: avaliar os efeitos da formação em meio rural ao nível do emprego e identificar áreas de actividade económica geradoras de emprego e rendimentos; diagnosticar necessidades de formação e acompanhamento pós-formação; conceber e testar novos métodos de pesquisa e diagnóstico, incidindo no modelo participativo; conhecer práticas de formação e acompanhamento pós-formação em outros países europeus; e, elaborar recomendações para uma proposta de modelo de formação e acompanhamento adequado aos territórios rurais.

O território central de análise foi o concelho de Sever do Vouga e freguesias limítrofes dos concelhos de Vale de Cambra e Oliveira de Frades. Este território apresenta características marcadamente rurais: freguesias dispersas o que dificulta a mobilidade das populações; acentuado decréscimo e envelhecimento populacional nas freguesias rurais; os níveis de escolaridade do território são baixos relativamente à realidade nacional; e, o acesso à formação que confira uma qualificação profissional é, em muitos locais, inexistente; etc.

O *"Estudo para uma formação específica em meio rural"* insere-se numa perspectiva de *"acção-reflexão-acção"*. Foi levada à prática a ideia de um *"percurso de aprendentes"*, visto que foi possível promover a participação reflexiva das diferentes partes interessadas, utilizar um leque alargado de instrumentos de recolha de dados, articulando diversas perspectivas e abordagens, cruzando olhares, dando a vez e a voz a pessoas e entidades locais e externas ao território e retirar ensinamentos para a acção a realizar no futuro.

O presente artigo pretende reflectir sobre essa experiência de investigação participativa e da orientação da formação: um factor de desenvolvimento social e

² O Estudo foi financiado pela Medida 4.2 - Desenvolvimento e Modernização das Estruturas e Serviços de Apoio às Políticas de Emprego e Formação, da Acção-tipo 4.2.2.1 - Estudos/investigação do POEFDS.

humano dos(as) e um motor de intervenção activa na sociedade. Isto é, promover a capacidade de intervir no desenvolvimento e governação das comunidades locais onde residem e/ou trabalham e das organizações em que se integram.

Ponto de Partida

Partiu-se da convicção de que o Estudo deve incluir a opinião dos sujeitos que são alvo da intervenção das políticas relacionadas com a formação, por uma questão de exercício da cidadania activa e porque os mesmos possuem um entendimento próprio sobre muitos factores que oferecem resistência e desafios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento das suas comunidades.

A utilização de instrumentos e técnicas participativas tem por isso uma função específica na auscultação da opinião daqueles que, devido à sua condição, têm maior dificuldade em se fazer ouvir, porque permitem criar espaços e momentos propiciadores de um clima de confiança, abertura a diferentes formas de expressão e valorizadores da utilidade das suas ideias e expectativas.

O processo de formação e educação para os residentes em comunidades rurais envolve um sistema de qualificação e de aprendizagem ao longo da vida, através de programas de aprendizagem formal, não-formal e informal. A Comissão Europeia definiu a aprendizagem ao longo da vida como *"(...) toda a actividade de aprendizagem realizada ao longo da vida, com o propósito de melhorar o conhecimento, as capacidades e as competências no âmbito pessoal, cívico, social e/ou relacionado com a perspectiva do emprego"* (OECD, 2003:15). Em muitos casos, nas áreas rurais, verifica-se uma lacuna entre o sistema educacional formal e as possibilidades reais de emprego. Nesta perspectiva, é importante qualificar as formandas com vista ao aumento do emprego, assumindo a adequação das novas competências à oferta existente, procurando, em simultâneo, desenvolver a sua participação cívica e social, por via da aprendizagem não-formal e informal.

O processo educacional participativo visa incluir os adultos, em particular os normalmente excluídos do sistema educacional formal, e, desta forma, melhorar os resultados da actividade formativa e os seus efeitos nos processos de desenvolvimento. O fortalecimento da participação e envolvimento dos formandos no processo formativo poderá melhorar a motivação, as capacidades e competências

nas áreas do diagnóstico de necessidades, planeamento e avaliação de programas e actividades. Os processos que visam incentivar a participação e envolvimento têm benefícios ao nível individual, mas são também importantes no que toca à comunidade (Hastedde e Woodward, 1996).

A participação dos formandos nos processos participativos promove o *'empowerment'*, o qual segundo FRIDE (2006:2) é "(...) *um processo de transformação pela qual um indivíduo adquire poder e controle para tomar decisões e reformular os seus objectivos pessoais.*"

No sentido de reforçar o *'empowerment'* dos participantes nas actividades educacionais, as entidades formadoras podem estabelecer parcerias de aprendizagem que permitam reforçar a capacidade dos formandos para participar activamente no processo de desenvolvimento pessoal (FRIDE, 2006). Esta lógica articula-se estreitamente com a ideia de consciencialização descrita por Freire (1975; 1977) no quadro da sua filosofia de Educação de Adultos.

O processo de educação e formação deve incorporar, para além de uma forte componente profissional, uma componente de desenvolvimento social, incluindo módulos de educação cívica e de liderança, promovendo o *'empowerment'*. Os programas de formação direccionados para públicos adultos com baixo capital social, como grande parte dos residentes em comunidades rurais, devem incluir conteúdos ligados às actividades económicas e cívicas e ao desenvolvimento das capacidades de liderança dentro das comunidades (Koehnen, Baptista e Portela, 2004; Koehnen e Cristóvão, 2006).

Mansuri e Rao (2004) confirmam a importância histórica do desenvolvimento social, ou do capital social, ao nível da implementação dos projectos e mostram que as capacidades sociais das populações locais se encontram ligadas a este tipo de acções de base comunitária. Os programas de formação contínua têm necessariamente, de desenvolver as capacidades sociais de grupos específicos, como os excluídos em meio rural.

Os módulos de educação cívica e liderança deveriam encorajar a confiança, o respeito e a apreciação da diversidade ao nível da comunidade e desenvolver capacidades de liderança social e pública. Os participantes precisam ainda de desenvolver uma visão sobre o futuro, promovendo aprendizagens colectivas para a resolução de problemas. (Hastedde e Woodward, 1996)

A participação no processo de planeamento educacional deve permitir aos participantes tornarem-se cidadãos mais activos e actores principais na definição das orientações para o desenvolvimento da comunidade (Mansuri e Rao, 2004). Tal processo relaciona a capacidade de dirigir uma intervenção ao nível social com a mobilização da comunidade local para o desenvolvimento. Os participantes devem adquirir competências que promovam o seu envolvimento na governação das comunidades, identificando e resolvendo problemas com os actores das comunidades locais.

Neste quadro, os processos de avaliação devem ser mais participativos, construtivos e contínuos (Raab *et al*, 1987), constituindo-se, em si próprios, como oportunidade de aprendizagem. Os participantes neste processo avaliativo devem ser os formandos, os formadores, os gestores da formação, animadores locais e outros actores envolvidos. O envolvimento dos vários parceiros no processo avaliativo desenvolve a capacidade de pensamento crítico e reforça o seu desempenho como cidadãos activos.

Um outro conceito relevante nesta perspectiva é o de aprendizagem social, inerente aos processos de resolução colaborativa de problemas e de investigação-acção participativa. Segundo Ison *et al* (2000), tal acontece quando *"os cidadãos se envolvem para chegar a uma solução mutuamente aceite para um problema que afecta as suas vidas pessoais."* Chaparro (2001:25) sublinha que se trata do processo por meio do qual a apropriação e uso do conhecimento cria e fortalece as capacidades das pessoas, comunidades e organizações que dele se apropriam. Neste sentido, o conhecimento passa a ser um factor de mudança e progresso.

A promoção da aprendizagem participativa implica, para além da assunção de um conjunto de princípios fundamentais, o uso de metodologias adequadas.

Metodologia: o recurso a metodologias activas e participativas

Para a realização do Estudo foram ouvidos 202 actores individuais ou colectivos. Recorremos a uma metodologia variada e participada, com o cruzamento de várias técnicas e instrumentos de recolha de dados, incluindo pesquisa bibliográfica, análise documental, inquérito por questionário a ex-formandas (116), entrevistas em profundidade a ex-formandas (10), oficinas de diagnóstico participado

com recurso à expressão artística a ex-formandas (17), entrevistas semi-estruturadas a autarcas (7), agentes económicos, empresas (4) e associações empresariais (2) e associações do 3º sector (7), *focus group* a entidades promotoras e formadoras (17), a formadores (9), a actores institucionais (4) e especialistas (5), bem como visitas de estudo a iniciativas europeias (3).

Na identificação dos cursos realizados no território entre 2003-2005 foram contactadas 32 entidades, que forneceram informações relativamente a 88 acções executadas nos últimos cinco anos e identificadas 11 entidades promotoras, o que corresponde, no conjunto, a cerca de 23.236 horas de formação e ao envolvimento de 1182 formandos (999 mulheres e 183 homens). Neste conjunto foram escolhidos 23 cursos, para um estudo mais aprofundado.

A Formação em Meio Rural: discussão dos resultados

As acções de formação inventariadas neste Estudo incidiram em áreas temáticas diversas: agricultura convencional; agricultura biológica; pecuária; floresta; transformação de produtos; e outras (ex: turismo, ambiente, criação e gestão de pequenos negócios, artesanato). No conjunto das acções de formação identificadas, 79% conferiam apenas o certificado de participação, 15% conferiam dupla certificação (escolar e profissional) e apenas 6% conferiram uma qualificação profissional. Da totalidade dos cursos, apenas 24% tiveram "acompanhamento" pós-curso, que consistiu sobretudo na verificação da aplicação dos conhecimentos nas explorações.

Os formandos em meio rural são principalmente mulheres, de meia idade ou mais velhas, com baixo nível de escolaridade, mas acima da média para o meio rural, casadas, com filhos e/ou idosos a cargo, domésticas ou trabalhadoras por conta própria na agricultura, com baixos rendimentos familiares. Os maridos são, na maioria dos casos, assalariados e trabalham fora da aldeia. Muitas delas não desgostam das actividades na agricultura mas, dados os baixos rendimentos que daí provêm, prefeririam trabalhar por conta de outrem, caso tivessem essa oportunidade e a situação familiar o permitisse.

O Estudo mostra que os efeitos da formação em meio rural ao nível do emprego dos formandos são pouco significativos. Contudo, tal conclusão, não

impede que os vários actores ouvidos façam uma avaliação muito positiva da formação em meio rural ao nível dos formandos, pelos conhecimentos adquiridos, pelas competências e actividades desenvolvidas e, em particular, pelos seus efeitos ao nível do desenvolvimento pessoal e social, com a elevação da auto-estima e auto-confiança, maior assertividade e, melhoria da relação inter-familiar.

A utilidade das aprendizagens é, em muitos dos casos, elevada pelo facto de nos estarmos a referir a pessoas a viver em meio rural, com actividades ligadas à agricultura, aliado ao facto dos cursos versarem sobre actividades que lhes são familiares (agricultura, floresta, produção animal, ambiente). Já o mesmo não se passa quando se trata de actividades para as quais não há emprego no território.

As competências profissionais adquiridas não são, no contexto rural, suficientes para permitir mudanças apreciáveis ao nível das actividades exercidas. A tendência é de continuidade das actividades que já desenvolviam, integrando algumas mudanças nas práticas agrícolas tradicionais em resultado das aprendizagens obtidas no(s) curso(s). Na economia familiar os dados recolhidos não evidenciam alterações apreciáveis resultantes da formação. A única mudança assinalável resulta da bolsa recebida durante a formação, que, no caso dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), tem para as formandas uma importância considerável.

É de evidenciar ainda que são sobretudo os cursos de longa duração que mais mudanças/efeitos imprimem às formandas ao nível social e pessoal.

As potencialidades e os recursos do território devem, numa óptica de desenvolvimento sustentável, ser incorporadas no diagnóstico de necessidades. A principal estratégia de desenvolvimento que emerge das entrevistas realizadas apoia-se na promoção da agricultura e floresta e no reforço do sector industrial (metalomecânica), juntamente com o sector terciário, em especial orientado para os serviços de proximidade de apoio a idosos e fomento do turismo.

As actividades agrícola e florestal têm uma importância económica e social elevadas. Há contudo que elevar a valorização dos recursos endógenos, o que poderá ser feito nalguns casos através da produção biológica e da sua comercialização.

Relativamente ao fomento do sector industrial, tudo indica que há condições para o crescimento do *cluster* na área da metalomecânica, que pode ser importante

na criação de postos de trabalho para um público sobretudo masculino e mais jovem.

Na área dos serviços de proximidade há oportunidades que se abrem, designadamente nos cuidados a prestar a idosos, o que criará, na nossa perspectiva, maior número de postos de trabalho do que o turismo em espaço rural ou de natureza.

O turismo rural deverá, necessariamente, ser perspectivado em articulação com outras actividades a desenvolver no território, como os produtos agro-alimentares de qualidade, valorização de recursos naturais e paisagem e restauração de qualidade.

O Estudo mostra que a formação, só por si, é claramente insuficiente como instrumento para o emprego por conta de outrem e para a criação do auto-emprego. Por um lado, não há no território empregadores que absorvam a mão-de-obra qualificada e, por outro, não estão criadas as condições que favoreçam a criação do auto-emprego.

A criação de emprego em meio rural é um processo difícil e moroso. As dificuldades são muitas: população envelhecida, com baixos recursos, falta de mercado local, ausência de cultura empreendedora. Faltam também estruturas de apoio e acompanhamento para os potenciais portadores de projectos. O contexto económico não favorece o empreendedorismo, vejam-se os elevados encargos fiscais e sociais. O modelo de formação implementado nos últimos anos não é ajustado à criação do auto-emprego.

O Estudo permite concluir que a **formação em meio rural** deve possuir, pelo menos, três áreas principais:

- **Desenvolvimento pessoal e social forte**, onde se trabalhe o auto-conhecimento, a autonomia, assertividade e auto-estima o trabalho em grupo e a liderança;
- **Formação de base** que permita desenvolver competências relacionadas com a literacia, numeracia e as novas tecnologias de informação e comunicação; e
- **Formação direccionada para a qualificação profissional e a área de projecto**, onde se identifique e teste a ideia de projecto e se proceda ao

seu acompanhamento.

Conclusões e Propostas para a Mudança

Uma das preocupações centrais deste Estudo foi usar uma metodologia abrangente, focada no território. No total foram ouvidos, por várias vias, 202 actores individuais ou colectivos, que incluíram um leque muito variado de actores (formandas, formadores, entidades promotoras e formadoras, autarquia, IEF, empresas) e que permitiram leituras, em diferentes ópticas, das problemáticas da formação em meio rural e a identificação das necessidades educacionais dos cidadãos (formandos potenciais) nas comunidades locais. Outra das preocupações foi recorrer a metodologias participativas envolvendo de forma mais intensa os actores. Foi o caso das várias abordagens realizadas às ex-formandas (inquérito por questionário, oficina de diagnóstico participativo, entrevistas em profundidade), a quem se solicitou, designadamente, a reflexão sobre o percurso de vida e os impactos da formação e dos *focus group* que ajudaram a identificar problemas e a procurar propostas para a mudança.

Os formandos dos cursos em meio rural são na sua grande maioria do sexo feminino e muitas destas mulheres aspiram a permanecer nas suas comunidades e a contribuir para o seu desenvolvimento, desde que estejam reunidas algumas condições: oportunidades de emprego ou de actividades que gerem rendimentos; acesso à instrução e à formação profissional; transportes públicos compatíveis com horários de trabalho; creches, escolas e serviços sociais que apoiem os mais idosos e doentes; organizações de apoio e acompanhamento.

Como resultado do declínio demográfico e de um certo isolamento, característico do trabalho na agricultura, há no meio rural um problema crescente de falta de espaços de sociabilidade, solidão e perda de vitalidade sócio-económica. O acesso à instrução e à formação é um instrumento essencial para a manutenção da vitalidade social, para a modernização e a inovação virada para o mercado, e desta forma contrariar o "ambiente negativo" que se vive em muitos territórios rurais.

As mudanças ao nível do desenvolvimento pessoal, escolaridade, promoção da igualdade de oportunidades são significativas e constituem argumentos fortes para justificar a continuidade da formação em meio rural. Porém tal valia (formação

social e pessoal) ocorre sem planeamento claro, de modo desequilibrado, sem garantias de sucesso e de continuidade. Assim, a aposta na formação só será eventualmente positiva se a sua missão for claramente alterada, apostando numa lógica de desenvolvimento territorial.

Atendendo ao contexto externo, a formação profissional não pode ser estritamente orientada para a técnica, deve haver uma forte componente de desenvolvimento pessoal. Só um desenvolvimento mais integrado das pessoas pode formar técnicos e cidadãos com maior capacidade para trabalhar em equipa e capazes de se adaptar às mudanças do presente e do futuro. Na pós-formação, há que pensar em **programas de apoio e acompanhamento que respondam a três tipos de necessidades:**

- Esclarecimento de dúvidas de natureza técnica;
- Acompanhamento para quebrar o isolamento e ajudar a ultrapassar dificuldades; e
- Apoio na elaboração de projectos de investimento para reconversão de actividades.

O apoio a esta terceira categoria deve privilegiar as pessoas portadoras de projectos individuais para a criação do auto-emprego ou de mudança de actividades na exploração.

O apoio e acompanhamento são importantes mas, só por si, insuficientes, sendo necessárias mudanças no quadro legislativo sobre o estatuto do empresário e os elevados custos fiscais e da segurança social que tal comporta.

Em Portugal teríamos, provavelmente, muito a beneficiar com a implementação de um sistema de formação e acompanhamento mais coordenado e atento às realidades diferenciadas dos territórios rurais, que pudesse orientar e apoiar um empreendedor desde a fase de teste e lançamento sustentado da sua actividade.

Atendendo às características do território de intervenção, apresentamos em seguida algumas propostas e recomendações para um modelo de formação que contempla o apoio e acompanhamento de novas iniciativas empresariais.

O modelo de formação por nós proposto e que está organizado em quatro níveis, do mais básico ao mais avançado e específico:

Níveis de Formação	Objectivos
Inicial	Sensibilizar para a aprendizagem ao longo da vida e criar oportunidades de entrada num percurso de formação, designadamente para pessoas desfavorecidas de territórios rurais;
Básico	Possibilitar o desenvolvimento de competências básicas de literacia, numeracia, TIC, comunicação, relacionamento, competências organizacionais e profissionalizantes, tendo em vista a continuidade do percurso formativo ou a integração pelo emprego ou auto emprego;
Intermédio	Permitir o desenvolvimento e certificação de competências aprofundadas de literacia, numeracia, TIC, comunicação, relacionamento, competências organizacionais e profissionais, melhorando as condições para a integração social e profissional;
Avançado	Facultar o desenvolvimento de competências avançadas, nas áreas da formação organizacional, e-learning, comércio electrónico, gestão, marketing, mercado global, segunda língua, bem como, o encaminhamento para instituições especializadas em áreas específicas.

- **A formação em territórios marcadamente rurais deve ser perspectivada como um instrumento da política de desenvolvimento rural**, o que implica uma maior articulação entre actores, o diagnóstico de necessidades de formação, as estratégias de desenvolvimento fixadas para o território e o plano de desenvolvimento rural, com vista a contribuir para a sustentabilidade do território;

- Na área do desenvolvimento pessoal devem trabalhar-se competências como a **capacidade de trabalhar em equipa, de relacionar-se, de ganhar autonomia, assertividade, criatividade e flexibilidade na vida pessoal, familiar e actividade profissional;**
- No meio rural os cursos **devem integrar uma maior diversificação de áreas formativas.** Existindo um tronco comum de formação, seguido de diversificação e especialização em pelos menos duas áreas profissionais,

complementares entre si, ou distintas, no sentido de capacitar os participantes para o exercício de várias actividades profissionais, **numa lógica de pluriactividade** - trabalho sazonal (*ex: agricultor e guia turístico; animador cultural e técnico de informático*), ou trabalho repartido, durante um dia, ou em diferentes dias da semana, (*ex: agricultor e padeiro; artesão e produtor de compotas*).

- A área do projecto deve ser trabalhada através de duas dimensões: o **empreendedorismo e o desenvolvimento local e sustentável do território**;
- O apoio ao auto-emprego deve implicar a **implementação de um sistema de formação e acompanhamento mais coordenado e atento às realidades diferenciadas dos territórios**, que oriente e apoie um empreendedor desde a fase do desenvolvimento das suas competências e do seu projecto, até à fase de teste e lançamento sustentado da sua actividade;
- O apoio e acompanhamento são importantes mas insuficientes, sendo **necessárias mudanças no quadro legislativo e organizativo** que lhes permita testar a sua ideia de negócio num ambiente apoiado, em que poderia, designadamente, ficar isento dos encargos fiscais e da segurança social no início das actividades;
- As propostas de apoio e acompanhamento à criação de emprego em meio rural devem englobar quatro tipos de medidas:

Medidas	Objectivos
CAMPE- Contrato de Apoio ao Projecto de Muito Pequena Empresa, Estatuto de Empreendedor - assalariado	Apoiar portadores de iniciativas de auto emprego e pequenos negócios com baixos recursos, que tenham participado em processos de formação, criando um sistema favorável de enquadramento fiscal e segurança social para período de teste e de lançamento de projecto.
Formação Complementar à Medida	A entidade formadora deverá realizar o auto diagnóstico de necessidades de formação complementar; e, Organizar ou encaminhar os participantes para a formação específica nas áreas comportamental, gestão, marketing, vendas, sistemas de informação.

Acompanhamento Individual e de Grupo	Prestar acompanhamento individualizado aos promotores através de visitas de supervisão/consultoria e da organização de sessões de grupo para promover o apoio e a entreaajuda entre os membros.
Cooperativas / Associações de empreendedores-assalariados	Permitir o enquadramento legal de empreendedores-assalariados nas Cooperativas ou Associações, com vocação social e económica, criadas especificamente com essa finalidade ou que contemplem essa actividade nos seus Estatutos.

Concluído este *"percurso de aprendentes"*, trilhado ao longo de vários meses na experimentação de práticas participativas, com mulheres (ex-formandas) enquanto as principais protagonistas do processo formativo e com actores institucionais, como agentes responsáveis pelas iniciativas e projectos de formação, a equipa considera que está (re)conhecida e consolidada a primeira etapa, ou seja, vale a pena encetar processos participativos de diagnóstico e avaliação de impactos, quando se pretende *"saber mais para agir melhor"*.

Hoje, no território de intervenção do Estudo, existem mais pessoas a pensar a formação profissional de forma informada e crítica, para responder aos desafios de *"qualificar os indivíduos do território para concretizar uma visão estratégica de desenvolvimento, melhorando a vidas dos que nele optaram por habitar."*

Bibliografia

- Baptista, A. (Coord.)(2007). *Relatório Final do Estudo para uma Formação Específica em Meio Rural: avaliar impactos e construir modelos ajustados*. Vila Real: CETRAD-UTAD/Solidários.
- Baptista, A. (Coord) (2007). *Roteiro Práticas Participativas*. Sever do Vouga: Solidários/CETRAD-UTAD.
- CCDR (2006). *Indicadores dos concelhos de Sever do Vouga, Oliveira de Frades e São Pedro do Sul*. In <http://www.ccdrc.pt> (acedido a 5 de Julho de 2007).
- Chaparro, F.(2001). *Conocimiento, Aprendizage y Capital Social como Motor de Desarrollo*. Vol. 30. Nº1. Brasília: Ciência da Informação. pp.19-31.

- Freire, P.(1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto:Afrontamento
- Freire, P.(1977). *Acção Cultural para a Libertação*. Lisboa: Moraes.
- FRIDE(2006). *Empowerment. Development Backgrounder01*. Madrid.
- Hastedde, R. & Woodward, A. (1996). *Designing a Rural Leadership Program and Curriculum. Kentucky Cooperative Extension Service*. USA: University of Kentucky.
- Iso, R.; High, C.; Blackmore, P. & Cerf, M.(2000). "Theoretical Framework for Learning- Based Approaches to Change in Industrialised-Countries Agriculture". In *LEARN Group. Cow Up a Tree: Knowing and Learning for Change in Agriculture. Case Studies from Industrialised Countries*. Paris: INRA. pp.31-54.
- Koehnen, T. & Cristóvão, A.(2006). "Constructing a Social development Network within a Rural Municipal Government in Portugal". *Agricultural Economics Review*. 7(1), pp.26-34.
- Koehnen, T.; Baptista, A. & Portela, J.(2004). "Program Planning in Non-formal Educational Activities for Rural Women: a case-study evaluation in Portugal". *Journal of Extension Systems*. 20(2). pp. 72-88.
- Mansuri, G. & Rao, V.(2004). "Community-Based an-Driven Development: a critical review". *The World Bank Research Observer*. 19(1). pp.1-39.
- OECD (2003). *The Role of National Qualification Systems in Promoting Lifelong Learning: background report for Ireland*. Ireland: OECD.
- Raab, R. et al (1987). *A trainers Guide to Evaluation. A Guide to Training Activity Improvement*. Roma:FAO.